



Introdução

O trabalho ora apresentado, em forma de relatório técnico, tem por objetivo analisar a prestação de contas do governo do Estado, relativa ao exercício de 2011, sob os aspectos contábil, orçamentário, financeiro e operacional, como determina a Constituição Federal no seu artigo 70, combinado com o artigo 71, inciso I.

Para isso, a referida prestação de contas é examinada a partir dos demonstrativos contábeis apresentados no Balanço Geral do Estado (anexos da Lei 4.320/64, demonstrativos da lei orçamentária e suas alterações, relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal) com os dados definitivos do exercício, e informações complementares.

O relatório técnico está estruturado em capítulos, onde se busca abordar aspectos das gestões fiscal, orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo também análises nas áreas de organização administrativa, educação, saúde, publicidade, previdência, bem como as relações do Estado com organizações do terceiro setor e parcerias público-privadas, a fim de permitir uma visão mais ampla da gestão estadual.

O primeiro capítulo, Conjuntura Econômica, serve para contextualizar o presente trabalho no cenário econômico nacional, sendo ali apresentados dados econômicos do Estado de Pernambuco (PIB, emprego e desemprego) em comparação aos obtidos pelo Brasil e pelos Estados do Nordeste.

O capítulo seguinte, Gestão Administrativa do Estado, comenta as principais alterações de natureza institucional, ocorridas no exercício sob análise; apresenta o quantitativo de pessoal permanente e temporário existente ao final de 2011, no âmbito do Poder Executivo, além de outras informações concernentes aos cargos efetivos e comissionados.

Por sua vez, o capítulo do Terceiro Setor e das Parcerias Público-Privadas – PPP's – enfoca a qualificação das entidades do Terceiro Setor como Organização Social -OS e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, o acompanhamento e a fiscalização dos instrumentos de ajustes pactuados com OS's e OSCIP'S, além dos gastos totais do Estado com essas organizações em 2011. No tocante às PPP's, apresenta o Programa Estadual de Parcerias Público - Privadas – PEPPP, enfocando os projetos prioritários e os contratos de parcerias público-privadas vigentes 2011

No capítulo relativo à Gestão Orçamentária, são analisados os instrumentos de planejamento e orçamentação e a compatibilidade entre eles, bem como as alterações sofridas pelo Orçamento Fiscal e de Investimentos. Quanto à execução dos orçamentos, é analisado o balanço orçamentário, o comportamento das principais receitas que integram a arrecadação estadual, bem como as despesas mais relevantes e suas fontes de financiamento, segundo suas classificações, funcional e econômica. Excetuando-se as



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

vinculações de recursos de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações de saúde, que são analisadas em capítulos específicos, o capítulo apresenta a verificação das demais vinculações de recursos de ordem legal e constitucional (recursos destinados ao combate à seca, ciência e tecnologia, bem como as aplicações dos recursos da CIDE combustíveis e do FECEP). Por fim, são tratadas as transferências compulsórias e voluntárias feitas pelo Governo estadual aos seus municípios.

O capítulo da Gestão Financeira e Patrimonial, por sua vez, apresenta os Balanços Financeiro, Orçamentário e Demonstração das Variações Patrimoniais, analisando o comportamento do fluxo financeiro e a apuração do déficit/superávit financeiro do exercício, bem como a composição e a evolução dos saldos dos principais grupos de contas do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo das Variações Patrimoniais. Destes grupos, em especial, é objeto de análise o comportamento da dívida ativa do Estado e, dentre as obrigações, a dívida consolidada do Estado, em especial a contratual, na qual é observado se o Estado cumpriu os limites de endividamento e de pagamento definidos pelo Senado, como também os principais fatores que influenciam o estoque da dívida, sua natureza, e os principais credores.

Já o capítulo de Gestão Fiscal trata de verificar o cumprimento, pelo Estado, dos requisitos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal por meio da análise dos seus Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e dos seus Gestão Fiscal (RGF). Destaca-se a análise do saldo das disponibilidades financeiras existentes ao final do exercício de 2011 em confronto com as obrigações de curto prazo, o percentual de comprometimento da RCL com as despesas com pessoal, bem como o cumprimento ou não, pelo Estado, dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para operações de crédito, dívida consolidada e concessão de garantias e contragarantias. Adicionalmente, é verificado o cumprimento ou não de metas fiscais exigidas do Estado em razão do Programa de Readequação e Ajuste Fiscal celebrado ante a União em 1997.

No que tange aos capítulos de Saúde e Educação, é verificado o cumprimento dos limites mínimos de aplicação da receita de impostos, estabelecidos pela Constituição Federal, sendo agregadas informações complementares de forma a permitir uma visão mais ampla da gestão pública estadual nessas importantes áreas sociais.

O capítulo seguinte, Publicidade Governamental, contempla os gastos com campanhas publicitárias, realizados pela Administração direta e indireta, verificando-se o cumprimento de limites legais vigentes no âmbito do Estado.

O último capítulo trata do Sistema de Previdência Estadual, onde são abordados, dentre outros aspectos, o estágio de implantação do modelo previdenciário do Estado de Pernambuco e a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado.